

O CAFÉ E OS ESCRAVOS: UM ESTUDO DOS EFEITOS DO DESENVOLVIMENTO DA CAFEICULTURA SOBRE A POPULAÇÃO CATIVA DA ZONA DA MATA MINEIRA NO SÉCULO XIX.

Fernando A. Alves da Costa
Doutorando em História Econômica FFLCH/USP*
faacosta@usp.br

Resumo

Neste trabalho buscamos analisar os efeitos da disseminação da cafeicultura na Zona da Mata de Minas Gerais sobre a população escrava da região no século XIX. Para contemplarmos as alterações e/ou permanências das características da população escrava das localidades em foco analisamos quatro aspectos em particular, quais sejam: a **participação dos escravos no conjunto da população total**, em especial na faixa etária mais produtiva; a **composição etária da escravaria**; cruzando este elemento com a **razão de sexo da população cativa**; e seus **vínculos familiares**. Estudamos, em perspectiva comparada, localidades que conheceram a intensificação da cafeicultura a partir do meado do XIX, e outras que não vivenciaram este processo. A base documental do estudo é constituída pelas Listas Nominativas de Habitantes da década de 1830 e pelo Recenseamento Geral de Império de 1872.

Minas Gerais – cafeicultura – escravidão

Abstract

In this paper we analyze the effects of the spread of coffee production in the Zona da Mata de Minas Gerais on the slave population of the region in the nineteenth century. To contemplate the changes and continuities of the characteristics of the slave population in the locations analyzed four focus areas in particular, which are: the participation of slaves in the whole population, especially in the most productive age group, the age composition of the slaves; across this element with the sex ratio of the captive population, and their family ties. We studied in comparative perspective, localities that experienced the intensification of coffee production from the middle of the nineteenth, and others that did not experience this process. The documentary basis of the study consists of the Nominative Lists of Inhabitants of the 1830 Census and the Empire of 1872.

Minas Gerais - coffee - slavery

Introdução

Neste trabalho buscamos analisar os efeitos da disseminação da cafeicultura na Zona da Mata de Minas Gerais sobre a população escrava da região no século XIX. Dentro dos moldes de *plantation* escravista, o desenvolvimento do café em solo mineiro constituiu-se em fenômeno ocorrido na segunda metade dos Oitocentos, embora sua produção em menor escala data ainda da primeira metade do XIX. (ALMICO, 2001, p.15-51; LANNA, 1985, p.14-46; OLIVEIRA, 2005, p.21-154).

Para contemplar este objetivo satisfatoriamente, selecionamos algumas localidades que compunham a região em foco no período em tela, subdividindo-as em dois grupos. Do primeiro fazem parte Santo Antonio do Juiz de Fora (atual Juiz de Fora) e Mar de Espanha (ao

*O trabalho apresentado faz parte de um estudo mais amplo que conta com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado São Paulo (Fapesp).

longo do período analisado deixa de ser o arraial de Nossa Sr^a. Das Mercês do Cágado, ligado a Juiz de Fora, ganhando a denominação atual e o status de município), ambas localizadas na Zona da Mata Sul. No segundo grupo, alocamos Santa Rita do Turvo (atual Viçosa, localizada na divisa da Zona da Mata Central e Norte), São Januário do Ubá (atual Ubá, situada na Zona da Mata Central) e São Manoel do Pomba (atual Rio Pomba, situada na Zona da Mata Central).

O primeiro segmento de localidades elencadas (Grupo 1/G1) experimentou em comum um vigoroso processo de desenvolvimento da cafeicultura, a partir da década de 1830 e intensificado após o meado do século, razão pela qual adotamos seu estudo em conjunto (OLIVEIRA, 2005, p.59-68). As outras localidades selecionadas, constituintes do segundo grupo (Grupo 2/G2), não foram atingidas de modo tão intenso e abrupto pelo cultivo da rubiácea no meado do XIX quanto foram Santo Antonio do Juiz de Fora e Mar de Espanha. Assim evidencia-se o ponto de contato que as fazem constituir o segundo grupo analisado. Entretanto, não ignoramos que as localidades deste segmento possam ter sido afetadas pela introdução da cafeicultura, embora de forma mais suave e marginal e em momento posterior, ou ainda que guardem relações com o advento da cafeicultura assumindo posição de fornecedoras de gêneros variados para a região de *plantation* do café. Recentes pesquisas demonstraram uma significativa produção de gêneros variados, com geração de excedentes, em localidades da Zona da Mata Central e Norte. Embora não definam os circuitos mercantis de escoamento desta produção, argumentam que seu volume ultrapassava a escala do auto-consumo local (ALVES, 2009; REZENDE, 2008). Obviamente que este esforço de agrupamento exige simplificação e marginalização de aspectos singulares de cada localidade contemplada. Entretanto, julgamos que o desenvolvimento de uma vigorosa economia cafeeira na Zona da Mata Mineira nos meados do XIX pode ser tomado como elemento crucial de distinção das localidades em foco, uma vez que daí derivaram muitas implicações políticas, sociais e, principalmente, econômicas. Dessa forma, a participação ou não das localidades no intenso processo de desenvolvimento de uma cafeicultura para exportação por volta da metade dos Oitocentos, serve-nos como elemento de diferenciação do processo de desenvolvimento das localidades analisadas neste estudo.

Para contemplarmos as alterações e/ou permanências das características da população escrava das localidades em foco, obedecendo à segmentação acima proposta, abordaremos, em perspectiva comparada, entre os grupos e os marcos temporais adotados, quatro aspectos em particular, quais sejam: a **participação dos escravos no conjunto da população total**,

em especial na faixa etária mais produtiva; a **composição etária da escravaria**; cruzando este elemento com a **razão de sexo da população cativa**; e seus **vínculos familiares**.

O espaço em análise: A Zona da Mata Mineira no século XIX.

Situada na porção leste de Minas Gerais, estabelecendo fronteira com o Rio de Janeiro (ao sul e sudeste) e com o Espírito Santo (a nordeste), quando comparada com as áreas de mineração mais antigas, concentradas na região próxima ao centro da província, a Zona da Mata Mineira foi ocupada e explorada em período tardio. Desde a origem da ocupação e exploração do território mineiro, a Mata foi negligenciada por alguns motivos. Além de inexistirem reservas minerais relevantes em suas terras, nela habitava grande contingente de populações indígenas, entre elas os temidos botocudos, muitas das quais hostis a presença dos colonizadores. A densa floresta, típica da região, foi outro fator que serviu como empecilho para sua exploração. Por fim, outro aspecto que dificultou a ocupação da Zona da Mata Mineira foi à proibição, por parte da Coroa, do estabelecimento de unidades produtivas e de núcleos de povoamento na região, temerosa dos descaminhos que o ouro poderia tomar em seus inóspitos caminhos (REZENDE, 2007, p.39-70). Inseridas nesta área de difícil e tardia ocupação e exploração se encontravam as localidades objetos deste estudo.

Embora sob uma mesma denominação genérica, Ângelo Carrara adverte que a Zona da Mata não se constitui em um todo homogêneo. Encerra dentro de seus limites importantes diferenciações locais que, segundo o autor, podem ser percebidas pelos distintos padrões de propriedades fundiárias e de suas produções agrárias (1999, p.13-14).

Somente com a construção do famoso Caminho Novo, no final do século XVII, começaram a surgir pousos, roças e ranchos na região para atender a demanda gerada por viajantes e tropeiros que transitavam por este caminho. Cruzando praticamente toda a Zona da Mata Mineira, esta estrada visava ao encurtamento da distância dos centros mineradores para o Rio de Janeiro (de 3 meses para cerca de 15 dias de viagem), facilitando e otimizando o contato entre estas regiões. Entretanto, de acordo com Mônica Ribeiro de Oliveira, as atividades produtivas e mercantis geradas por tal processo de ocupação e exploração da Zona da Mata em função do Caminho Novo, não alcançaram grande expressividade (2005, p.39-40). Não foram capazes de gerar níveis de acumulação que viessem a sustentar, posteriormente, a implementação do núcleo agrário cafeicultor da Mata Mineira. Para a autora, a gênese da produção cafeeira na região aponta para origem diversa. Esteve intimamente ligada com a acumulação prévia de capitais, baseada em redes de circulação

mercantil, efetivada em áreas externas à Zona da Mata Mineira (no Centro e nas Vertentes). Em um segundo momento, com a dispersão populacional ocasionada pela crise do ouro e no contexto de abertura e expansão da fronteira agrícola, esta acumulação foi aplicada na formação do núcleo cafeeiro mineiro (OLIVEIRA, 2005, p.27-28). Subjacente a este tipo de interpretação, os condicionamentos extra-econômicos assumem importância fundamental, resultando na conversão da acumulação auferida na esfera mercantil em fazendas, dada a perspectiva adotada pela autora de inexistência de condicionantes estritamente econômicos em economias como a então analisada, de feição pré-capitalista.

Fontes, metodologia e escravidão no Brasil

A hipótese que buscaremos testar com base nas evidências empíricas é a de que a introdução vigorosa do café na Mata Mineira trouxe implicações para a população cativa das localidades nas quais se desenvolveu. Poderiam ser percebidas no aumento da participação dos escravos no conjunto da população das localidades cafeeiras, ou pelo menos em uma menor redução desta participação, em especial na camada mais produtiva; maior concentração da escravaria por gênero e na faixa etária de maior produtividade (homens entre 16 e 40 anos); redução do número de escravos ligados por vínculos familiares, visto que teria aumentado a participação nos plantéis de escravos vindos de fora das localidades.

Se confirmada esta argumentação, o café teria proporcionado uma abrupta ruptura da evolução “natural” da população cativa de Santo Antônio do Juiz de Fora e de Mar de Espanha dentro do cenário da escravidão no Brasil ao longo do século XIX. Nesta perspectiva, nas outras localidades analisadas, organicamente menos ou nada vinculadas com a produção cafeeira para exportação no período em análise, estas transformações seriam somente parcialmente percebidas, atenuadas ou mesmo imperceptíveis. Disto resulta a adoção de um método de análise comparada entre Santo Antônio do Juiz de Fora e Mar de Espanha (G1) e as outras localidades selecionadas (G2) da Mata Mineira, menos suscetíveis às influências da cultura do café para exportação sobre suas populações cativas.

Entretanto, antes de apreciarmos especificamente a análise proposta, cabem algumas breves considerações acerca do panorama geral da escravidão no Brasil ao longo do século XIX. Isto porque as localidades que analisamos certamente sofreram as consequências das transformações ocorridas no país em relação à oferta de mão de obra cativa ao longo dos Oitocentos.

Dentre as transformações assumidas pela escravidão no Brasil, entre os dois marcos temporais estabelecidos neste estudo (década de 1830 e de 1870), a extinção do tráfico

atlântico de escravos africanos, Lei Eusébio de Queiroz de 1850, constituiu-se naquela que mais conseqüências trouxe para a organização econômica e social do país. A partir de então, a reposição da mão de obra cativa somente poderia ser feita via reprodução natural ou via realocação interna de braços, dentro das fronteiras do Império (MOTTA, 2010, p.54-55). Neste cenário, especificamente em relação ao comércio interno de cativos, os escravos passaram a ser transacionados ou pelo tráfico interprovincial, preponderantemente direcionado para as províncias do sul do Império, que então atravessavam a expansão da cafeicultura (STEIN, 1990, p.94-95), ou pelo intraprovincial, modalidade que não transpunha as fronteiras provinciais. Importante ressaltar que, mesmo no tráfico interno de escravos, posterior a extinção do comércio transatlântico, as mesmas desproporções das características demográficas dos cativos negociados foram mantidas, em especial no tocante ao sexo e a idade (MOTTA, 2010, p.52-53). Complementando este cenário de redução da população cativa na segunda metade dos Oitocentos, estariam ainda o incremento do movimento de manumissões e a problemática da reprodução natural da escravaria (MOTTA, 2010, p.53-54).

Alguns números ajudam a dimensionar as questões acima sugeridas. Após 1850, fim do tráfico transatlântico, tanto o total absoluto de escravos no país quanto sua representatividade no conjunto da população apresentaram tendência de queda. Se nesta data foi estimada em torno de 2,5 milhões de indivíduos, na ocasião do Recenseamento Geral do Império em 1872, a população brasileira submetida à condição escrava totalizava pouco além de 1,5 milhão. Por fim, quinze anos mais tarde, no advento da Lei Áurea em 1888, os escravos no Brasil contabilizavam cerca de 700 mil indivíduos (MOTTA, 2010, 54-55). Tais evidências se mostram inequívocas no sentido de apontar para uma tendência de queda da população escrava no Brasil entre os dois marcos temporais adotados neste estudo.

Outro ponto a ser destacado antes da análise das localidades propostas, ainda no âmbito geral da escravidão no Brasil, se refere aos principais destinos dos escravos transacionados no comércio inter e intraprovinciais. Mesmo a região cafeeira de Minas Gerais, aqui representada pelas localidades de Juiz de Fora e de Mar de Espanha, tendo atravessado ao longo do período em estudo um processo de dinamização em função do incremento da produção de café para exportação, tal processo deve ser dimensionado. Na busca pela manutenção e reposição de mão de obra para suas lavouras, os cafeicultores escravistas mineiros certamente tiveram que enfrentar a concorrência de escravistas de regiões ainda mais prósperas, também produtoras de café, certamente com maior poder de compra no mercado de cativos.

O **quadro 1** apresenta a participação das regiões produtoras de café na produção nacional do produto entre 1876 e 1900. Seus indicadores contribuem para dimensionar a participação de Minas na produção nacional. A apreciação dos dados demonstra que Minas Gerais, embora mantendo participação estável e bastante significativa de pouco mais de 1/5 da produção nacional no último quartel do XIX, nunca ocupou a posição de principal pólo produtor de café no Brasil. Isto implica dizer que os escravistas cafeicultores de Minas tiveram que, sistematicamente, concorrer com escravistas de regiões ainda mais dinâmicas na disputa pela manutenção e reprodução da mão de obra necessária para seus cafezais.

QUADRO 1: Participação da produção de café das regiões produtoras na produção nacional (1876-1900)

Período	São Paulo	Rio de Janeiro	Minas Gerais	Espírito Santo
	% P.N.	% P.N.	% P.N.	% P.N.
1876/1880	24,3	52,2	20,2	3,3
1881/1890	37,1	37,8	20,8	4,3
1891/1900	60,5	11,5	22,7	5,3

P.N.=Produção Nacional. Fonte: ALMICO, 2001, p.38 (adaptado)

Ainda neste sentido, S. Stein define como principais destinos do tráfico interprovincial do Norte para o Sul do Império, na década de 1870, as províncias do Rio de Janeiro, então maior região produtora, e de São Paulo, em fase de plena ascensão de sua cafeicultura no Oeste Paulista (STEIN, 1990, 94-95).

A consequência dessa concorrência para o nosso estudo é que a expectativa por encontrar plantéis de “melhor qualidade” nas localidades cafeeiras da Mata Mineira, com escravarias mais representativas no conjunto da população, mais jovens e predominante masculina, em comparação com as localidades menos dinâmicas da província de Minas, deve ser nuançada. Isto porque o poder de inversão de capitais para a reprodução e expansão da escravaria dos senhores paulistas, em especial do Oeste e do Novo Oeste, e fluminenses, muito provavelmente foi maior em comparação aos cafeicultores mineiros. De tal modo, restaria para os cafeicultores mineiros, concorrendo com senhores mais aquinhoados, recorrer ao tráfico intraprovincial quando possível (embora neste caso não estivesse eliminada a concorrência com senhores de outras regiões ainda mais prósperas), recorrer à reprodução da escravaria via crescimento natural (o que deveria não suprir de toda a demanda por mão de obra de uma área em expansão), ou se satisfazer com escravos menos valorizados no mercado.

De qualquer forma, parece-nos viável esperar que os plantéis das localidades cafeeiras mineiras apresentem características de “melhor qualidade” em relação às localidades constituintes do segundo grupo em tela, constituído por áreas que não

atravessaram a experiência de um vigoroso e rápido incremento de suas economias com base na cafeicultura para exportação entre 1831 e 1873. Ainda que pese o quadro acima delineado, do qual se destacam a crise da oferta de mão de obra cativa em função da abolição do tráfico internacional, a elevação do movimento de alforrias, a questão da reprodução natural dos escravos e a concorrência de senhores com maior poder econômico. Mesmo porque todos estes elementos também recaíram sobre as localidades de economias mais modestas.

No transcorrer do trabalho efetuaremos dois níveis de análise que serão entremeados ao longo da exposição. Em um primeiro nível estudaremos o primeiro grupo de localidades, comparando-se dois momentos diversos de seu desenvolvimento econômico, um bem no início da introdução da cafeicultura (1831), e outro quando esta atividade já se encontrava bastante vigorosa (1873). Dessa forma, buscaremos apontar os efeitos do desenvolvimento da produção cafeeira sobre a população cativa das localidades, levando-se em conta o quadro geral de queda da população escrava no Brasil. No segundo nível, estabelecidos os indicadores da população cativa de dois dos principais centros cafeeiros da Mata Mineira,¹ buscaremos compará-los com a população escrava das outras localidades selecionadas no estudo, afetadas pela produção de café, quando afetadas, de forma mais marginal e tardia, ou como fornecedoras de gêneros variados. Exceção feita à localidade de São Januário do Ubá, cuja parte da documentação se refere ao ano de 1839, respeitaremos, para o segundo grupo das localidades pesquisadas, os mesmos marcos temporais adotados no estudo de Santo Antonio de Juiz de Fora e de Mar de Espanha: 1831 e 1873.

O grande intervalo entre os dois momentos estabelecidos para a análise comparada resulta da inexistência de documentação para períodos intermediários. Privilegiaremos os dados oferecidos pelas Listas Nominativas de Habitantes de Minas Gerais para a década de 1830, organizadas e recentemente disponibilizadas pelo Cedeplar,² e o Recenseamento Geral do Império de 1872, realizado em Minas Gerais no ano seguinte. Em relação às listas, oferecem arrolamentos nominativos, fogo por fogo, de todos os habitantes de uma localidade,

¹De acordo com Anderson Pires, entre o final da primeira metade do XIX até o fim deste século, a participação do café produzido na Mata Mineira nunca esteve abaixo de 74% da produção provincial. Ainda sim, só chegou a este patamar no ano de 1886. Nos demais anos para os quais expõe os dados (1847/48, 1850/51 e 1888), a participação da produção da Mata sempre alcançou índices superiores a 87% (PIRES, 2004, p.08). Mônica Oliveira apresenta dados que caminham na mesma direção, indicando para 1867/68 uma participação do café da Zona da Mata da ordem de 99,7% da produção provincial. Para a primeira metade do XIX, apresenta dados para 1818/19, 1842/43 e 1844/45. A participação mínima do café da Zona da Mata na produção provincial também é de 99,7%, alcançando 100% em 1844/45 (2005, p.61). Fica claro, portanto, que temos em tela a principal região mineira de produção de café.

²Também denominadas maços de população, as listas nominativas de Minas Gerais relativas aos anos de 1831/32 e 1839/42 estão disponíveis no site www.poplin.cedeplar.ufmg.br.

descrevendo a idade, a qualidade (africano/preto, crioulo, branco, etc.), o estado (casado, solteiro ou viúvo), a condição (escravo, livre, etc.) e a ocupação dos indivíduos. Esta última informação, na maioria absoluta das ocasiões, refere-se somente ao chefe do fogo. Esta documentação foi fartamente utilizada pela historiografia para estudar Minas Gerais e, principalmente, São Paulo e Paraná, regiões para as quais existem maiores séries regulares que cobrem períodos mais extensos (GUTIERREZ, 1987; LUNA, 1981; LIBBY, 1988; MARCONDES, 1998; MOTTA, 1999; PAIVA, 1996). No caso de Minas Gerais, as listas são bastante lacunares, além de serem menos completas, omitindo algumas informações como, por exemplo, a estimativa da produção dos fogos. Por sua vez, o Recenseamento Geral do Império de 1872, realizado em Minas no ano seguinte, foi o primeiro grande esforço de contabilização da população do Brasil e inaugura a fase estatística no país. Oferece uma variedade de informações sobre a população, tais como idade, ocupação, grau de instrução, estado civil, defeitos físicos, entre outras. Não constitui-se no formato de arrolamento nominativo, mas sim em tabelas que permitem uma visualização geral da população. No entanto, não permitem uma aferição individual dos habitantes.

Cafeicultura e população escrava na Zona da Mata Mineira no século XIX.

Santo Antonio do Juiz de Fora e Mar de Espanha fizeram parte do núcleo irradiador da cafeicultura na Zona da Mata Mineira (OLIVEIRA, 2005, p.43). Embora no ano de 1831, ainda estivessem muito distantes dos níveis econômicos que alcançariam na segunda metade do século XIX, quando comparadas com as demais localidades da Zona da Mata Mineira, já se diferenciavam por uma relativa atividade econômica, ainda que modesta e incipiente. Este relativo dinamismo, provavelmente o termo é exagerado, pode ser em parte atribuído a existência da lavoura cafeeira e traz consigo conseqüências para a população cativa. Segundo Mônica Ribeiro de Oliveira, tal situação se explicaria pelas vinculações que Santo Antônio do Juiz de Fora estabeleceu com o Caminho Novo e pela nascente lavoura cafeeira (2005, p.60). Basta uma rápida comparação entre o padrão de posse cativa por domicílio para constatarmos de forma empírica esta dicotomia. Tais dados se encontram no **Quadro 2**. Enquanto a média de cativos por domicílio das localidades cafeicultoras (G1) é de 7,5 escravos, o mesmo índice para as localidades não cafeicultoras (G2) é de 2,39. Infelizmente não foi possível estabelecermos os índices de padrão de posse cativa para 1873, inviabilizando o estudo comparativo nos dois marcos temporais adotados. Isto porque a natureza da documentação utilizada para este ano não nos permite. Ainda em função deste fator, não nos deteremos de

forma mais pormenorizada na análise da posse cativa, negligenciando temas como a concentração de cativos por faixa de plantel, entre outros.

QUADRO 2: Padrão de posse cativa por domicílio (1831)

Localidades cafeicultoras (G1)	Padrão de posse cativa	Localidades não cafeicultoras (G2)	Padrão de posse cativa
S. Ant ^o do Juiz de Fora	7,08	Santa Rita do Turvo	1,86
Mar de Espanha	8,07	São Manoel do Pomba	3,30
		São Januário do Ubá*	2,39
Média de posse G1	7,50	Média de posse G2	2,39

*Lista Nominativa de 1831. **Fontes:** Listas Nominativas de 1831.

Um primeiro aspecto que nos permite estabelecer um viés comparativo entre as localidades selecionadas diz respeito à proporção de cativos no total da população em 1831 e 1873. A **tabela 1** apresenta os dados para as localidades cafeicultoras (G1).

TABELA 1: População livre e escrava das localidades cafeicultoras da Zona da Mata Mineira (G1) 1831/1873

Localidades	1831					1873				
	livre	%	escrava	%	Total	livre	%	Escrava	%	total
S. Ant ^o do Juiz de Fora	589	41,36	835	58,64	1424	11604	61,81	7171	38,19	18775
Mar de Espanha	460	38,79	726	61,21	1186	7405	57,38	5500	42,62	12905

Fontes: Listas Nominativas de 1831 e Recenseamento Geral do Império de 1873.

Embora ao longo do espaço temporal compreendido entre 1831 e 1873 as localidades em questão tenham mudado bastante (alterações derivadas do incremento da produção do café em larga escala e para exportação) tanto Santo Antônio do Juiz de Fora quanto Mar de Espanha conheceram redução na participação da parcela cativa de suas populações. Em 1831, as duas localidades contavam com mais da metade de seus habitantes na condição cativa. No caso de Mar de Espanha, quase dois terços de seus moradores eram escravos.

Em um primeiro momento, de forma contrária ao que seria esperado em localidades que atravessaram as transformações pelas quais estas passaram, a proporção de cativos no conjunto da população diminuiu no segundo momento abordado, distante mais de quarenta anos do primeiro ano analisado. Entretanto, dois aspectos devem ser observados, conferindo nuances a esta constatação: o crescimento do número absoluto de cativos e o cenário geral do escravismo no Império. Com relação ao primeiro item é necessário observar o espetacular crescimento da massa cativa das duas localidades, ainda que proporcionalmente no conjunto da população sua representatividade tenha declinado. No caso de Santo Antonio do Juiz de Fora o crescimento foi de 758,80%, ao passo que em Mar de Espanha o índice correlato alcançou 657,57%. Lembremos ainda, o segundo aspecto, que tal crescimento se deu em um período já de redução da população escrava no Brasil Imperial. Enquanto a população cativa

nacional declinava a partir de 1850, entre 1831 e 1873 as duas localidades em análise, embora conhecendo redução da parcela escrava de suas populações, tiveram um grande aumento do número absoluto de seus contingentes de cativos. A média de crescimento do número de escravos do G1 alcançou 711,72%, ao passo que no G2 foi de 272,05%. Certamente, subsidiando este crescimento esteve à substituição da oferta de escravos (até 1850 estimulada pelo tráfico transatlântico), pelo tráfico intra ou interprovincial, possibilitando assim o suprimento da demanda de uma área dinâmica como aquela que estamos abordando, ainda que pese a provável concorrência pela mão de obra escrava com áreas ainda mais dinâmicas, principalmente o Oeste Paulista.

Comparemos os dados acima expostos com as informações acerca da participação dos cativos no conjunto da população das localidades que compõem nosso G2, formado pelas localidades não cafeicultoras. Estes dados estão apresentados na **tabela 2**.

TABELA 2: População livre e escrava das localidades não cafeicultoras da Zona da Mata Mineira (G1 e G2) 1831/1873

Localidades	1831					1873				
	Livre	%	escrava	%	Total	livre	%	escrava	%	total
S. Ant ^o do Juiz de Fora	589	41,36	835	58,64	1424	11604	61,81	7171	38,19	18775
Mar de Espanha	460	38,79	726	61,21	1186	7405	57,38	5500	42,62	12905
Sta. Rita do Turvo	1279	68,34	552	30,15	1831	4304	87,23	630	12,77	4934
S. Manoel do Pomba	1305	56,70	565	43,30	1870	5388	78,68	1460	21,32	6848
S. Januário do Ubá*	998	67,75	475	32,25	1473	7434	65,98	3833	34,02	11267

*Lista Nominativa de 1839. **Fontes:** Listas Nominativas de 1831 e Recenseamento Geral do Império de 1873.

Embora as localidades do G1 tenham assistido a redução da participação dos cativos no conjunto de suas populações entre 1831 e 1873, não obstante o avanço da cafeicultura, ao observarmos o mesmo indicador para as outras localidades em exame, percebemos que, ainda sim, Santo Antonio do Juiz de Fora e Mar de Espanha mantiveram maior proporção de escravos em suas populações. Excluindo-se São Januário do Ubá, que manteve índices relativamente estáveis com pequena alta da representatividade da população escrava no segundo momento abordado, as demais localidades do G2 também conheceram redução de sua parcela cativa no todo da população. Enquanto a média de participação escrava na população nas localidades do G1 passou de 59,81% em 1831 para 40,00% em 1873, o mesmo cálculo para as localidades do G2 apresenta como resultado a queda de participação cativa de 30,77%, no primeiro ano analisado, para 25,70% em 1873. Dessa forma, ainda que em queda, como o esperado em um cenário de crise do contingente cativo em todo o Império, as localidades cafeicultoras conseguiram sustentar uma maior representatividade cativa em suas populações quando comparadas com as outras localidades em tela.

Se, por um lado, Santo Antonio do Juiz de Fora e Mar de Espanha (G1) conseguiram manter maior representatividade de cativos em suas populações e maior crescimento absoluto, por outro, o ritmo de queda da participação da escravaria na população se mostra mais acentuado em comparação com as localidades do G2: 19,81% e 5,07% respectivamente. A aparente contradição se explica ao atentarmos para o crescimento do segmento livre da população as localidades cafeicultoras. A grande diferença do crescimento absoluto dos cativos nas localidades do G1 ganha ainda mais significado se observarmos o crescimento das populações livres de Santo Antonio do Juiz de Fora e de Mar de Espanha, outro elemento que pode ser explicado pelas oportunidades oferecidas, para indivíduos livres em busca de ocupação, pela atividade cafeicultora em expansão. Enquanto o índice médio de crescimento da população livre do G1 foi da ordem de 1712,11% entre 1831 e 1873, o mesmo indicador para as localidades do G2 resultou em 378,11%. Esses dados permitem constatar que, ao mesmo tempo em que o aumento do número absoluto de cativos foi amplamente superior nas localidades do G1, também o foi da parcela livre da população destas localidades, em termos muito maiores. Ao passo que a população cativa do G1 cresceu 711,72%, o segmento constituído pelos livres aumentou 1712,11%, impactando para baixo a representatividade dos cativos no total da população no ano de 1873. Para o segundo grupo, o crescimento do segmento cativo foi de 272,05%, enquanto a parcela livre da população cresceu 378,11%. Neste caso a diferença se dá em termos muito menos discrepantes.

Dessa forma, o incremento da atividade cafeicultora permitiu que, mesmo em um momento de maior aumento do número absoluto da população livre em comparação com a cativa (em declínio geral pós 1850) ocorrido nas localidades do G1, estas conseguiram manter um contingente de cativos mais representativo em suas populações totais. Nas localidades do G2, menos atrativas para o afluxo de indivíduos livres e com escravistas com reduzido poder de aquisição de novos escravos, o maior acréscimo de indivíduos livres se processou em termos mais suaves em comparação com o aumento da população cativa.

Recorrendo novamente ao crescimento dos números absolutos da população cativa, a média para as localidades do G2 corresponde a 272,05%. Mesmo também tendo crescido entre os dois anos analisados, este aumento é bastante inferior a média observada para as localidades cafeicultoras (711,72%). Entretanto, não deixa de ser surpreendente que, mesmo contando com estruturas econômicas modestas, as localidades do G2 também conheceram aumento do número absoluto de suas populações cativas, mesmo em meio ao declínio do contingente de cativos no Império após 1850. A diferença marcante, no entanto, é que nas

localidades em que se desenvolveu a economia cafeeira para exportação na Zona da Mata Mineira, este aumento foi muito mais vigoroso.

Segmentadas as populações das localidades em questão, com destaque para a parcela de maior produtividade, na faixa etária entre 16 e 40 anos, que pelo menos em tese seria constituída por indivíduos mais produtivos, podemos avançar um pouco mais na análise. As **tabelas 3 e 4** apresentam dados que permitem afirmar que nas localidades do G1 o segmento da população de maior produtividade concentrava muito mais escravos que nas localidades não cafeeiras do G2. Nas localidades do G1 a média de participação cativa neste segmento era de 70,43% em 1831, passando para 42,72% (redução de 27,71%). Não obstante a queda observada entre os períodos, no caso das localidades do G2 esta tendência foi menos acentuada. Os índices correlatos foram de 44,87% e de 26,17% (decréscimo de 18,70%) para os mesmos períodos respectivamente. Ou seja, entre a parcela mais produtiva da população, os escravos tinham maior representatividade nas localidades cafeeiras (G1), embora tenham vivenciado uma maior redução entre 1831 e 1873. Novamente, esta constatação pode encontrar explicação no maior afluxo de elementos livres para as localidades do G1, muitos dos quais em idade produtiva, estimulados pelas oportunidades de uma dinâmica economia cafeeira. Neste segmento, o crescimento médio dos indivíduos livres foi de espetaculares 2075,93% nas localidades do G1, ao passo que nas que constituem o G2, o índice correlato foi de 624,91%.

TABELA 3: População cativa na faixa etária de maior produtividade (16-40) das localidades cafeeiras da Zona da Mata Mineira (G1) 1831/1873

Localidades	1831						
	livre	%	escrava	%	Total 16/40	% Pop. total	Pop. total
S. Antº do Juiz de Fora	227	30,43	519	69,57	746	52,39	1424
Mar de Espanha	176	28,53	441	71,47	617	52,02	1186
Localidades	1873						
	livre	%	escrava	%	Total 16/40	% Pop. total	Pop. total
S. Antº do Juiz de Fora	5607	59,83	3765	40,17	9372	49,92	18775
Mar de Espanha	3162	53,27	2774	46,73	5936	46,00	12905

Fontes: Listas Nominativas de 1831 e Recenseamento Geral do Império de 1873

TABELA 4: População cativa na faixa etária de maior produtividade das localidades cafeeiras da Zona da Mata Mineira (G1) 1831/1873

Localidades	1831						
	livre	%	escrava	%	Total 16/40	% Pop. total	Pop. Total
Sta. Rita do Turvo	498	61,10	317	38,90	815	44,51	1831
S. Manoel do Pomba	300	46,95	339	53,05	639	48,97	1305
S. Januário do Ubá	358	55,68	285	44,32	643	43,65	1473
Localidades	1873						
	livre	%	escrava	%	Total 16/40	% Pop. total	Pop. Total
Sta. Rita do Turvo	2139	86,32	339	13,68	2478	50,22	4934
S. Manoel do Pomba	2872	80,13	712	19,87	3584	52,34	6848
S. Januário do Ubá	3369	63,70	1920	36,30	5289	46,94	11267

*Lista Nominativa de 1839. Fontes: Listas Nominativas de 1831 e Recenseamento Geral do Império de 1873.

Desse modo, torna-se possível argumentar que a economia cafeeira de Santo Antonio do Juiz de Fora e de Mar de Espanha manteve índices maiores de participação escrava no conjunto da população em face às localidades dedicadas a outras configurações econômicas, mesmo com maior queda deste segmento, o que se explica pelo maior incremento da população livre de G1 em relação à G2. O mesmo pode ser dito para o crescimento do número absoluto de suas escravarias, muito maior em comparação com as localidades não cafeeicultoras. Outra constatação importante é a maior representatividade de escravos no segmento de maior produtividade nas localidades cafeeicultoras em comparação com os índices do G2. Isto mesmo estas tendo vivenciado um crescimento da população livre muito mais elevado no segmento entre 16 e 40 anos de idade. Já tendo iniciado o período da análise com a maior proporção de cativos entre as localidades analisadas, Santo Antonio do Juiz de Fora e Mar de Espanha mantiveram tal posição, conseguindo sustentar uma massa escrava maior e em idade mais produtiva que as outras localidades em questão, mesmo apresentando, assim como as demais, um viés de queda da massa cativa no conjunto de seus habitantes.

Uma vez estabelecida a representatividade dos escravos no âmbito da população total das localidades analisadas, em especial do segmento mais produtivo, um caminho para aprofundarmos o conhecimento da parcela de cativos pode ser a segmentação por faixa etária. Torna-se, portanto, fundamental analisar a composição etária da população cativa dos dois grupos de localidades em tela, a fim de verificarmos se as mesmas dicotomias até então observadas podem ser outra vez constatadas.

Em áreas de maior dinamismo econômico, atreladas ao escravismo e, dessa forma, integradas ao mercado de cativos na condição de compradoras, é de se esperar que a população escrava esteja mais concentrada na faixa etária de maior produtividade. Tal expectativa ocorreria em face do maior poderio econômico dos escravistas de áreas mais prósperas para adquirir aqueles que em tese seriam os escravos cuja valorização no mercado seria maior. A **tabela 5** apresenta os dados referentes à composição etária da população cativa das localidades do G1.

Os dados expostos indicam tendências bastante semelhantes entre os anos analisados, 1831 e 1873, para as duas localidades em relação à população escrava: redução da participação de crianças, redução da participação dos adultos jovens, aumento da representatividade dos indivíduos entre 31 e 40 anos de idade e grande aumento da participação dos cativos mais velhos, com mais de 41 anos. Somados, tais elementos indicam o envelhecimento da escravaria destas localidades.

TABELA 5: Composição etária da população escrava das localidades cafeeicultoras da Zona da Mata Mineira (G1) no século XIX

Localidades	Ano	0-15	16-30	31-40	41+	Total
S. Ant ^o do Juiz de Fora	1831(%)	29,34	46,71	15,45	8,50	100
		245	390	129	71	835
	1873(%)	11,88	28,31	24,19	35,62	100
		852	2030	1735	2554	7171
Mar de Espanha	1831(%)	32,92	52,34	8,40	6,34	100
		239	380	61	46	726
	1873(%)	9,73	35,07	15,36	39,84	100
		535	1929	845	2191	5500

Fontes: Listas Nominativas de 1831 e Recenseamento Geral do Império de 1873.

Novamente, estes dados dizem pouco quando tomados isoladamente, consonantes que estão com a tendência geral de queda da população cativa no Império após 1850. A agregação dos indicadores das localidades não cafeeicultoras qualifica a análise, na medida em que, por meio de uma abordagem comparada, pode evidenciar as conseqüências do incremento da economia cafeeira sobre a composição etária da escravaria. Possibilitam perceber, por faixa etária, se os dados também indicam o envelhecimento dos plantéis, em termos maiores ou menores, ou contrariam esta hipótese nas localidades do G2.

Agregamos à análise, portanto, os dados relativos às localidades não afetadas abruptamente pela economia cafeeira, a fim de buscarmos comparar os efeitos desta atividade econômica na composição etária do plantel de cativos. A **tabela 6** expõe os dados para as localidades do G2, oferecendo subsídios para uma comparação. As constatações evidenciadas pelo estudo da composição etária da população cativa das localidades do G1, pelo menos em suas tendências, também podem ser observadas para as localidades do G2. Entretanto, em índices bastante diversos.

TABELA 6: Composição etária da população escrava das localidades não cafeeicultoras da Zona da Mata Mineira (G2) no século XIX

Localidades	Ano	0-15	16-30	31-40	41+	Total
Sta. Rita do Turvo	1831(%)	28,26	40,40	17,03	14,31	100
		156	223	94	79	552
	1873(%)	28,73	40,32	13,49	17,46	100
		181	254	85	110	630
S. Manoel do Pomba	1831(%)	27,08	44,60	15,40	12,92	100
		153	252	87	73	565
	1873(%)	10,68	31,71	17,06	40,55	100
		156	463	249	592	1460
S. Januário do Ubá*	1839(%)	30,74	46,53	13,47	9,26	100
		146	221	64	44	475
	1873(%)	18,08	32,72	17,38	31,83	100
		693	1254	666	1220	3833

*Lista Nominativa de 1839. **Fontes:** Listas Nominativas de 1831 e Recenseamento Geral do Império de 1873.

Exceção feita a Santa Rita do Turvo, cuja população cativa entre 0 e 15 anos se manteve estável, nas outras duas localidades também houve redução da parcela de crianças escravas entre os períodos em questão. Entre as localidades do G2, São Manoel do Pomba e São Januário do Ubá apresentaram queda da participação dos adultos jovens dentro da população cativa, tal qual nas localidades do G1, enquanto Santa Rita do Turvo apresenta índices bastante semelhantes para os dois anos abordados. A observação dos dados para a população cativa entre 31 e 40 anos novamente singulariza Santa Rita do Turvo dentro do G2. Enquanto as outras duas localidades apresentam pequeno aumento desta parcela da população escrava, esta evidencia queda deste segmento. No tocante a parcela mais idosa da escravaria, as localidades do G2, uma vez mais, se aproximam bastante das que compõem o G1, evidenciando grande aumento. Novamente, ressalvas feitas para Santa Rita do Turvo, onde o crescimento foi bem mais comedido.

Todavia, o estudo da composição etária da população escrava dos dois grupos de localidades analisadas em 1831 e 1873, nos permite afirmar que a introdução e o incremento da economia cafeeira foi fator importante que trouxe significativas diferenciações para as populações cativas entre as localidades do G1 e do G2, não obstante serem observadas as mesmas tendências gerais. Enquanto o índice médio do G1 para as crianças cativas caiu de 31,01% (1831) para 10,95% (1873), o mesmo indicador para o G2 foi de 28,58% (1831) para 17,39% (1873), reduções de 20,06% e de 11,19% respectivamente. Para a faixa entre 16 e 30 anos a média de participação na população escrava do G1 conheceu redução de 49,33% (1831) para 31,24% (1873), enquanto para o G2 foi de 43,72% (1831) para 33,28% (1873), decréscimos da ordem de 18,09% e de 10,44% respectivamente. Em movimento inverso, a representatividade dos escravos de 31 a 40 anos aumentou nos dois grupos de localidades. A média do G1 foi de 12,17% (1831) para 20,36% (1873), enquanto no G2 o aumento foi bem mais modesto, de 15,39% (1831) para 16,88% (1873), incrementos de 8,19% e de 1,49% respectivamente. Por fim, verificamos o maior acréscimo na faixa dos escravos mais velhos. No G1 a média de sua representatividade na escravaria saltou de 7,50% (1831) para 37,45% (1873), enquanto no G2 o incremento médio indica participação de 12,31% (1831) para 32,45% (1873). Os aumentos correspondem a 29,95% e 20,14% respectivamente.

Em suma, as localidades do G1, nas quais a produção cafeeira se impôs de modo vigoroso, conheceram maior redução de sua população cativa na faixa entre 0 e 15 anos. O mesmo pode ser dito para o segmento de jovens adultos, entre 16 e 30 anos. As outras duas faixas etárias conheceram aumento de sua participação em índices superiores em comparação

com as localidades do G2, principalmente no último segmento da população cativa. A observância destes dados sustentam a afirmação de que o movimento de envelhecimento da escravaria das localidades do G1 se deu de forma bem mais intensa, com maior redução das duas faixas etárias mais jovens e maior aumento dos dois segmentos mais velhos dos cativos.

Novamente aqui o impacto de uma economia cafeeira, como aquela das localidades do G1, pode ser percebido. Vigorosa o bastante para permitir uma concentração de escravos mais jovens via mercado até o meado do século, em um cenário de declínio da população cativa no Brasil, a expansão da cafeicultura não foi capaz de reduzir os impactos do envelhecimento das escravarias que forneciam a mão de obra necessária para o cultivo dos cafezais. Pelo contrário. Santo Antonio do Juiz de Fora e Mar de Espanha sentiram os efeitos das dificuldades de manutenção e de reprodução de sua população escrava de forma mais intensa, quando comparadas com as localidades do G2, de economias mais modestas e com reprodução via crescimento natural. Em 1873, as localidades do G1 assistem uma redução da participação de crianças em seus plantéis de cativos, com maior decréscimo em comparação com o G2 entre os períodos em tela, e um maior incremento de seu segmento mais velho. A maior participação de escravos entre 0 e 15 anos e de jovens adultos entre 16 e 30 anos em 1831 nas localidades do G1 (80,34% da população cativa do G1 ante 72,30% do G2), provavelmente é parte da explicação para o maior envelhecimento da escravaria das localidades cafeeiras em 1873. Isto porque, muito provavelmente, parte destes segmentos mais jovens em 1831 também estavam representados em 1873, só que desta vez, quando ainda vivos, contabilizados entre as parcelas mais idosas da população escrava de Santo Antonio de Juiz de Fora e de Mar de Espanha.

Ao lado da participação dos escravos no conjunto da população e da composição etária dos cativos, outro elemento que pode contribuir para a análise dos efeitos da disseminação da cafeicultura sobre a população escrava configura-se no estudo da participação de homens e mulheres no total da população, a razão de sexo. Optamos por estabelecer este indicador das populações cativas por faixa etária, permitindo uma maior depuração dos dados. A **tabela 7** apresenta os dados para as localidades do G1.

As duas localidades do G1 apresentam grande desequilíbrio entre os sexos já no primeiro ano analisado (1831), no início do desenvolvimento da cafeicultura. A razão de sexo para a escravaria total é de 191,26 para Santo Antônio do Juiz de Fora e de 249,04 para Mar de Espanha, valores que conformam uma média para o G1 de 215,59 em 1831. Entretanto, ao observarmos os valores por faixa etária, saltam algumas diferenças. Na primeira localidade o

segmento com maior desequilíbrio entre os sexos é aquele que agrupa os escravos entre 31 e 40 anos (396,15).

TABELA 7: Razão de sexo por faixa etária da população escrava das localidades cafeeicultoras da Zona da Mata Mineira (G1) no século XIX

Localidades	Ano	0-15	16-30	31-40	41+	Pop. Total
S. Ant ^o do Juiz de Fora	1831*	102,50	222,31	396,15	273,68	191,26
	H/M	123/120	269/121	103/26	52/19	547/286
	1873	127,81	135,70	114,46	181,61	143,00
	H/M	478/374	1167/860	926/809	1649/908	4220/2951
Mar de Espanha	1831	177,91	313,04	238,89	283,33	249,04
	H/M	153/86	288/92	43/18	34/12	518/208
	1873	91,76	100,94	130,87	209,46	137,79
	H/M	256/279	969/960	479/366	1483/708	3187/2313

*Excluídos dois escravos recém nascidos para os quais não foi possível definir o sexo em razão da ausência de seus nomes na lista nominativa. Acrescidos estes dois escravos, o total da localidade salta para 835 indivíduos cativos.

Fontes: Listas Nominativas de 1831 e Recenseamento Geral do Império de 1873.

Por outro lado, no campo das semelhanças, o grupo menos desigual é o das crianças. Isto é válido para ambas localidades em 1831, embora com valores muito distintos. Somente em Santo Antônio do Juiz de Fora é que o índice apresenta um equilíbrio entre os sexos na faixa etária entre 0 e 15 anos, com razão correspondente a 102,50. Para o segundo período em análise, 1873, os dados são mais homogêneos e indicam um maior equilíbrio entre os sexos, com valores totais de razão de sexo entre 143,00, para Santo Antônio do Juiz de Fora, e 137,79 para Mar de Espanha. Dessa forma, a média da razão de sexo do G1 em 1873 resulta em 140,71. É válido ressaltar que, em 1873, o grupo com maior desequilíbrio entre os sexos é o mesmo nas duas localidades, aquele constituído pelos escravos mais velhos, com mais de 41 anos. Por outro lado, os segmentos com maior equilíbrio são distintos. Em Santo Antonio do Juiz de Fora é o grupo de escravos entre 31 e 40 anos, com razão de 114,46, enquanto em Mar de Espanha é o segmento de adultos jovens, com valor muito próximo do equilíbrio exato entre os sexos, 100,94. Nesta localidade constatamos ainda em 1873, o segmento formado pelas crianças como sendo o único, entre os dois períodos em estudo para as localidades do G1, no qual houve predominância de mulheres, com índice de 91,76.

Dessa forma, constatamos que entre os dois períodos em tela, as populações cativas das localidades do G1 conheceram uma tendência de maior equilíbrio entre os sexos. Importante ressaltar que, no ano de 1873, o segmento da população com maior desequilíbrio foi justamente aquele formado pelos cativos mais velhos, com mais de 41 anos de idade. Uma possibilidade de explicação para tal constatação pode ser o fato de que, no auge da entrada de cativos no Brasil, momento no qual a oferta de escravos adultos jovens foi maior, esta camada estivesse no grupo de escravos entre 16 e 40 anos, aparecendo já envelhecida no ano de 1873.

Isto pode ser indicativo de que, mesmo sendo uma área dinâmica em termos regionais, as localidades cafeicultoras da Zona da Mata Mineira tiveram dificuldades de concorrer com o Oeste Paulista, ainda mais dinâmico, na disputa pelos “melhores braços”, que após 1850 estava reduzida ao tráfico inter ou intraprovinciais.

Uma vez mais, estes dados se mostram compatíveis com o cenário geral do escravismo no Império a partir de 1850. A tendência de uma menor participação do mercado na reprodução da escravaria contrapõe-se ao aumento da reprodução via crescimento natural, que traz como consequência uma maior equiparação entre os sexos. Para avançarmos na análise, comparemos estes dados sobre razão de sexo por faixa etária das localidades cafeicultoras com os mesmos indicadores para localidades do G2, buscando, uma vez mais, analisar a influência desta atividade econômica sobre a população escrava. Estes dados estão apresentados na **tabela 8**.

TABELA 8: Razão de sexo por faixa etária da população escrava das localidades não cafeicultoras da Zona da Mata Mineira (G2) no século XIX

Localidades	Ano	0-15	16-30	31-40	41+	Pop. total
Sta. Rita do Turvo H/M	1831	126,09	174,07	118,6	200,00	150,91
		86/69	141/81	51/43	54/27	332/220
	1873	135,06	135,71	207,14	226,47	156,10
		104/77	145/107	58/28	77/34	384/246
São Manoel do Pomba H/M	1831	129,85	195,29	234,62	180,77	176,96
		87/67	166/85	61/26	47/26	361/204
	1873	116,67	142,11	120,35	121,37	127,41
		84/72	297/209	136/113	301/248	818/642
São Januário do Ubá H/M	1839	105,63	183,33	166,67	258,33	156,22
		75/71	143/78	40/24	31/dez	289/185
	1873	131,77	111,30	104,92	124,86	117,78
		394/299	660/593	341/325	678/543	2073/1760

Fontes: Listas Nominativas de 1831 e Recenseamento Geral do Império de 1873

Embora já no ano de 1831, a razão de sexo da população cativa total das localidades do G2 também aponte um consistente desequilíbrio, o índice médio é bem menor em comparação com as localidades do G1: 161,25 ante 215,59. Por sua vez, a comparação para o segundo ano em análise, 1873, aponta uma discrepância mais suave. A razão média do G2 corresponde a 123,68 ante 140,71 do G1. Com relação à observação das faixas etárias com maiores desequilíbrios, os dados para o G2 permitem poucas afirmações, dada a grande heterogeneidade dos dados.

De toda essa diversidade, importa destacar que, seria de se esperar, em localidades menos vinculadas à reprodução do plantel por meio do mercado, mais dependentes da reprodução natural, e possíveis fornecedoras de cativos para áreas mais desenvolvidas economicamente, uma tendência de maior equiparação entre os sexos. Realidade mais afeita

às localidades do G2. Por outro lado, em áreas mais tipicamente de agroexportação, com economias mais vigorosas, a tendência deveria ser um maior desequilíbrio entre os sexos, uma vez que a reprodução do plantel estaria mais fortemente vinculada ao mercado de cativos, ainda que este estivesse mais restrito e concorrido, dependente, a partir de 1850, somente de suas escalas inter e intraprovinciais. Realidade mais relacionada com as localidades do G1.

Entretanto, os dados compulsados se mostram bastante heterogêneos, permitindo poucas observações além da negação da expectativa acima delineada. A implantação e o desenvolvimento de uma robusta economia cafeeira em Santo Antonio do Juiz de Fora e em Mar de Espanha entre 1831 e 1873, não acentuou, não manteve e não reduziu mais suavemente o desequilíbrio entre os sexos, minorando a desproporção em favor dos homens. Muito provavelmente, isso pode ser explicado pela redução da oferta de mão de obra cativa a partir de 1850. Entretanto, a alta concentração de cativos do sexo masculino caiu em termos muito mais drásticos quando comparados com as localidades do G2, muito mais vinculadas à economia de auto-suficiência e com pouca mercantilização. Enquanto a média da razão de sexo da população cativa total das localidades do G1 apontou redução do desequilíbrio entre os sexos (decrécimo de 74,88%), o mesmo cálculo para as localidades do G2 evidenciou uma redução menor (decrécimo de 37,57%), índices que tornaram os valores para a razão de sexo em 1873 bem mais próximos: 140,71 para o G1 e 123,68 para o G2.

Se foi complicado para os escravistas das localidades cafeeicultoras manter a concentração de cativos homens adultos e jovens de seus plantéis diante do declínio geral do contingente de escravos no Império a partir de 1850, esperávamos ao menos que a tendência ao equilíbrio entre os sexos fosse mais intensa em localidades com reprodução provavelmente reduzida ao crescimento natural, mesmo antes do meado do século XIX. Isso sem contar a possibilidade de perda de seus cativos “mais produtivos” para outras localidades com maior dinamismo, incluindo-se aí as próprias localidades cafeeicultoras da Mata Mineira aqui em tela, outro elemento a contribuir para a equiparação dos sexos, ou até mesmo para uma predominância feminina.

Talvez o único indício da expectativa que aventávamos possa ser percebido na constatação de que as maiores concentrações de escravos do sexo masculino das escravarias de Santo Antonio do Juiz de Fora e de Mar de Espanha, no ano de 1873, estejam justamente na última faixa etária, aquela de escravos com mais de 41 anos. Isto pode ser indicativo de que grande parte possa ter sido adquirida ainda nos tempos de tráfico internacional de escravos, no período anterior à década de 1850 ou nela. Desse modo, o incremento da

cafeicultura nas localidades do G1 não permitiu a manutenção de grandes diferenciações da razão de sexo em comparação com as localidades do G2, ou pelo menos uma queda suave desta desproporção. Pelo contrário, entre os 1831 e 1873, a queda do desequilíbrio se mostrou mais acentuada nas localidades que passaram pelo intenso desenvolvimento da produção de café para a exportação.

Se os dados referentes à razão de sexo por faixa etária não são claros ao estabelecer a dicotomização esperada entre a população cativa das localidades em tela, a situação se altera quando o aspecto em estudo passa a ser a estruturação da família escrava.

Do mesmo modo como temos procedido até este momento, compararemos realidades diversas para tecermos algumas considerações com base nos dados compulsados. Uma das formas de aproximação da família escrava é através da quantificação dos escravos que constituíram relação matrimonial estável, sendo declarados casados e ou viúvos. Não obstante, ao adotar tal procedimento, com base em momentos estanques, da forma como realizamos neste estudo (1831/1873), não ignoramos as limitações impostas por esta opção, derivada da metodologia imposta pelo tipo de documentação analisada. Certamente estamos subestimando o número de relações conjugais estáveis entre os cativos. Isto porque nos detemos apenas naquelas assim declaradas oficialmente, alijando da quantificação as relações informais não oficializadas ou não reconhecidas pelos senhores e pelas autoridades responsáveis. Entretanto, como esta subestimação ocorre para todas as localidades em análise, tanto as do G1 como as do G2, e nada sugere que em termos muito discrepantes, pensamos serem válidas algumas observações. A **tabela 9** apresenta para as localidades do G1.

TABELA 9: População escrava adulta por seu estado – localidades cafeeicultoras da Zona da Mata Mineira (G1) no século XIX

Localidades	1831				
	casados/viúvos	%	solteiros	%	Total
S. Ant ^o do Juiz de Fora*	171	28,64	426	71,36	597
Mar de Espanha**	135	27,84	350	72,16	485
	1873				
S. Ant ^o do Juiz de Fora	800	12,65	5526	87,35	6326
Mar de Espanha	351	7,48	4344	92,52	4695

*Santo Antônio do Juiz de Fora: incluídos sete escravos casados entre 13 e 15 anos, dois homens e cinco mulheres. Embora estejamos trabalhando com a faixa etária adulta a partir de 16 anos, optamos por incluí-los neste segmento da população por já estarem ligados por relações matrimoniais reconhecidas em função de dois motivos. Primeiro dado sua insignificância em termos percentuais em relação ao total de escravos com relações matrimoniais estáveis. Em segundo lugar, por permitir uma comparação em termos mais equiparáveis em relação ao segundo período em análise (1873), visto que a documentação utilizada para este ano não permite segmentar o estado da população por faixa etária. Somente neste caso, adicionamos estes escravos com menos de 16 anos no total da população cativa adulta.

**Mar de Espanha: incluídas duas escravas de 15 anos casadas sob a mesma alegação exposta acima. Excluídos 04 escravos para os quais não consta informação sobre seu estado (1831).

Fontes: Listas Nominativas de 1831 e Recenseamento Geral do Império de 1873.

Os escravos casados e/ou viúvos, portanto aqueles que viviam ou que já tinham vivenciado relações matrimoniais estáveis declaradas e reconhecidas, e sua representatividade dentro da população cativa. Para o ano de 1831 a média do G1 para os cativos casados e/ou viúvos corresponde a 28,28% da população escrava adulta. Já no segundo ano abordado, o mesmo índice cai para 10,44%, havendo, portanto, uma redução da participação de escravos nesta condição sobre a população cativa total da ordem de 17,84%. Isto, mesmo em um momento no qual muito provavelmente, mesmo os escravistas de regiões dinâmicas de agroexportação, passaram a recorrer mais a reprodução natural da escravaria para a manutenção e ampliação de seus plantéis, tendo em vista a menor oferta via mercado após 1850.

Dessa forma, confirma-se assim a expectativa gerada para plantéis de escravos atingidos abruptamente pela introdução da cafeicultura para exportação, mais precisamente, pela grande leva de escravos, em sua maioria homens em idade produtiva, que passam a compor o conjunto da população escrava de Santo Antonio do Juiz do Fora e de Mar de Espanha entre os dois períodos abordados. Este fator certamente impactava negativamente a constituição de laços matrimoniais estáveis entre os cativos.

Analisando especificamente os efeitos da introdução da cafeicultura sobre a família escrava, José Flávio Motta indicou que a introdução vigorosa do café em Bananal, localidade situada no Vale do Paraíba Paulista, entre 1801 e 1829, trouxe uma certa desagregação dos vínculos familiares dos escravos da localidade em um primeiro momento. Entretanto, destaca que a família escrava resistiu ao grande aumento da chegada de escravos “novos” africanos, ensaiando uma recuperação no final do período estudado pelo autor. Contudo, Motta aponta que os índices de escravos que constituíram famílias sofreram redução com a vigorosa introdução da rubiácea, mais precisamente com a entrada maciça de escravos homens em idade produtiva, e uma posterior retomada com a estabilização dos plantéis. Em suma, defende que a família escrava não passou incólume pela introdução da cafeicultura para exportação na localidade em questão (MOTTA, 1991, p.409-434).

Uma última vez avancemos na análise, incluindo os dados referentes às outras localidades elencadas e que não sofreram o impacto da introdução abrupta da cafeicultura sobre suas populações cativas. A **tabela 10** apresenta estes dados. A média do G2 para os escravos casados e/ou viúvos, aqui tomados como indicativos da constituição de famílias escravas, no ano de 1831 é de 17,84% do total da escravaria em idade adulta.

TABELA 10: População escrava adulta por seu estado – localidades não cafeicultoras da Zona da Mata Mineira (G2) no século XIX*

Localidades	1831**				Total
	casados/viúvos	%	solteiros	%	
Sta. Rita do Turvo	55	13,67	341	86,33	395
São Manuel do Pomba	89	21,60	323	78,40	412
	1873				
Sta. Rita do Turvo	159	35,41	290	64,59	449
São Manuel do Pomba	623	37,55	1036	62,45	1659

*Optamos por excluir deste tópico os dados referentes a São Januário do Ubá, pois somente para 11,55% dos escravos adultos desta localidade consta informação sobre o estado civil na lista nominativa de 1839. Para Santa Rita do Turvo e São Manuel do Pomba, os índices correlatos atingem 100%.

**Santa Rita do Turvo: incluída uma escrava 14 anos casada. Embora estejamos trabalhando com a faixa etária adulta a partir de 16 anos, optamos por incluí-los neste segmento da população por já estar ligada por relação matrimonial reconhecida em função de dois motivos. Primeiro dado sua insignificância em termos percentuais em relação ao total de escravos com relações matrimoniais estáveis. Em segundo lugar, por permitir uma comparação em termos mais equiparáveis em relação ao segundo período em análise (1873), visto que a documentação utilizada para este período não permite segmentar o estado da população por faixa etária. Somente neste caso, adicionamos esta escrava com menos de 16 anos no total da população cativa adulta.

Fontes: Listas Nominativas de 1831 e Recenseamento Geral do Império de 1873.

Surpreendentemente menor quando comparado com o mesmo índice das localidades do G1, 28,28%. Por sua vez, a média do G2 para 1873 de cativos casados e/ou viúvos corresponde a 37,10% de todos os cativos em idade adulta, perfazendo um crescimento de 19,25% de escravos com relações matrimoniais estáveis. Disto, ressaltamos que as escravarias das localidades que não conheceram a introdução e a intensa expansão da cafeicultura para exportação, conheceram aumento da participação de cativos com laços familiares estáveis, coerentes tanto com a situação de envelhecimento e estabilização de seus plantéis, decorrentes do momento da escravidão no Império após 1850, como de suas estruturas econômicas mais modestas quando comparadas com as localidades do G1.

Em suma, encontramos dados que evidenciam uma situação antagônica em relação à consolidação de relações familiares estáveis no seio da população cativa das localidades analisadas. Santo Antônio do Juiz de Fora e Mar de Espanha, componentes do G1, tiveram redução média da participação de escravos casados e/ou viúvos em seus plantéis da ordem de 17,84, mesmo considerando-se o cenário geral de envelhecimento e estabilização dos plantéis pós 1850, ao passo que a média de crescimento dos escravos casados e/ou viúvos foi de 19,25%. Parece-nos viável argumentar que, embora em ritmo menor, a entrada de “novos” cativos, impulsionada pela economia cafeeira, em certa medida, desestabilizou as relações familiares estáveis nas localidades de vigorosa economia cafeeira. Como este mesmo processo não nos parece ter ocorrido nas localidades do G2, menos ou nada afetadas pela demanda por braços de economias em ascensão, a representatividade de cativos casados e/ou escravos no conjunto da população cativa apresentou crescimento.

Considerações Finais

Frente às evidências empíricas coligidas, quantificadas e analisadas no transcorrer destas páginas retomamos a hipótese inicial proposta neste estudo. Vemo-la apenas parcialmente corroborada. A hipótese apresentada tinha por pressuposto a apreciação de características amplamente diversas, que derivariam da análise de populações escravas que atravessaram experiências díspares, embora permeadas pelo cenário de declínio da população escrava no Brasil Imperial após 1850. Esperávamos que as conseqüências deste declínio tivessem sido mais tênues em economias com maior vigor, mais capazes de manter e reproduzir suas escravarias mesmo em um cenário de maiores dificuldades após 1850. Por outro lado, localidades com economias mais modestas, sofreriam mais as conseqüências do declínio da população cativa em função da impossibilidade de reprodução via mercado e pela possível perda de cativos para regiões mais dinâmicas.

Adotamos duas localidades que conheceram uma vigorosa e abrupta experiência de produção econômica voltada para exportação e que, a partir de certo momento, teriam passado a receber grandes levas de “novos” escravos africanos via tráfico inter e intra provincial, com todas as conseqüências daí decorrentes. Esperávamos que tal fenômeno resultasse na definição de importantes dicotomias das características da população escrava, tais como: elevação da proporção de cativos no conjunto da população total, em especial na faixa de maior produtividade, ou pelo menos redução menos drástica; manutenção da concentração da escravaria por gênero e na faixa etária de maior produtividade e redução dos números de escravos vinculados por laços matrimoniais estáveis. Por outro lado, ainda no campo das expectativas, esperávamos encontrar nas localidades não tão diretamente afetadas pelo formato agroexportador, com reprodução mais primordialmente vinculada ao crescimento natural e com perda de escravos para regiões mais dinâmicas, escravarias menos representativas no conjunto total da população, mais equivalentes do ponto de vista de suas distribuições etárias, menos desequilibradas do ponto de vista da participação dos sexos e com maior índice de relações matrimoniais estáveis e reconhecidas. Em suma, esperávamos que os efeitos do declínio geral do contingente cativo pós 1850 e da concorrência com áreas mais dinâmicas economicamente pela manutenção da propriedade escrava, fossem ser mais perceptíveis nas populações escravas destas localidades. Entretanto, a análise dos dados aqui apresentados revelou-nos uma realidade muito mais complexa do que aquela que vislumbrávamos.

No tocante ao primeiro aspecto analisado, a **representatividade cativa no conjunto da população**, o desenvolvimento de uma vigorosa economia cafeeira nas localidades do G1 entre 1831 e 1873 trouxe resultados próximos ao que esperávamos. Santo Antonio do Juiz de Fora e Mar de Espanha vivenciaram, quando em perspectiva comparada com as localidades do G2, a manutenção de maior parcela escrava em suas populações e maior crescimento absoluto, não obstante a maior queda da porcentagem de escravos em suas populações, fator explicado pelo elevadíssimo aumento do segmento livre, muito maior em comparação com as localidades do G2. Foi possível observarmos ainda para as localidades cafeeiras uma maior participação de escravos na faixa etária entre 16 e 40 anos de idade, aquela que em tese agruparia os escravos mais produtivos e valorizados. Ainda que a representatividade deste segmento da escravaria das localidades de Santo Antonio do Juiz de Fora e de Mar de Espanha tenha conhecido maior declínio em comparação com G2, novamente esta tendência ganha resposta na observação do elevadíssimo aumento de indivíduos livres nesta faixa etária, muito mais intenso nas localidades cafeeiras.

A análise da **composição etária da população escrava** dos dois grupos de localidades estudados em 1831 e 1873, também nos permite afirmar que a introdução e o incremento da economia cafeeira foi fator importante que trouxe significativas diferenciações para as populações cativas, não obstante serem observadas as mesmas tendências gerais. Entretanto, os efeitos da intensificação da atividade cafeeira se deram de forma diversa da que esperávamos, não contribuindo para o “menor” envelhecimento das escravarias de Santo Antonio do Juiz de Fora e de Mar de Espanha.

Sempre em perspectiva comparada com as localidades que não atravessaram processo tão intenso e vigoroso de incremento da cafeicultura, a população cativa destas localidades atravessou um processo de envelhecimento mais intenso. Efeitos incontestes deste processo foram uma maior redução de sua população cativa na faixa entre 0 e 15 anos, comportamento também verificado para o segmento dos jovens adultos, entre 16 e 30 anos de idade. Como consequência, as outras duas faixas etárias conheceram aumento de sua participação em índices superiores em comparação com as localidades do G2, principalmente no último segmento da população cativa. Novamente aqui o impacto de uma economia cafeeira, como aquela das localidades do G1, pode ser percebido. Dinâmica o bastante para permitir uma concentração de escravos mais jovens via mercado até o meado do século, em um cenário de declínio da população cativa no Brasil, a expansão da cafeicultura não foi capaz de reduzir os impactos do envelhecimento das escravarias que lhe forneciam a mão de obra necessária. Pelo

contrário. Santo Antonio do Juiz de Fora e Mar de Espanha sentiram os efeitos das dificuldades de manutenção e de reprodução de sua população escrava de forma mais intensa, quando comparadas com as localidades do G2, de economias mais modestas e com reprodução via crescimento natural.

Por sua vez, o incremento da cafeicultura nas localidades do G1 não permitiu a manutenção ou uma menor redução do desequilíbrio por gêneros da escravaria. A análise da **razão de sexo por faixa etária** apontou dinâmica inversa. Entre 1831 e 1873, a tendência para o equilíbrio se mostrou mais acentuada nas localidades que passaram pelo intenso desenvolvimento da produção de café para a exportação.

Por fim, dentre todos os aspectos analisados neste estudo, aquele que mais perto se aproximou de nossas expectativas se refere à constituição de **vínculos familiares estáveis da população escrava**, não obstante as limitações da metodologia utilizada e anteriormente mencionadas. Encontramos dados que evidenciam uma situação antagônica em relação à consolidação de relações familiares estáveis no seio da população cativa das localidades analisadas. Santo Antônio do Juiz de Fora e Mar de Espanha, componentes do G1, tiveram redução média da participação de escravos casados e/ou viúvos em seus plantéis, mesmo considerando-se o cenário geral de envelhecimento e estabilização dos plantéis pós 1850. Em contrapartida, as localidades do G2 conheceram aumento médio dos escravos casados e/ou viúvos. Parece-nos viável argumentar que, a entrada de “novos” cativos, impulsionada pela economia cafeeira mesmo em um cenário de redução da oferta, em certa medida, contribuiu para desestabilizar as relações familiares estáveis nas localidades de vigorosa economia cafeeira.

Em suma, contemplamos realidades que se mostraram mais próximas, ou menos distantes, do que aquelas que vislumbrávamos encontrar ao iniciar este estudo. O incremento de uma vigorosa economia cafeeira em Santo Antonio do Juiz de Fora e em Mar de Espanha parece ter sido elemento responsável pela dicotomização de algumas características importantes de suas populações escravas em relação às localidades que não vivenciaram esta experiência. A manutenção de uma maior parcela de escravos em suas populações (com um crescimento absoluto muito maior), um processo de envelhecimento mais acentuado de suas escravarias (provavelmente fruto da maior concentração de cativos jovens em momento anterior de maior oferta) e uma menor representatividade de laços familiares entre cativos, foram os indicativos mais evidentes desta diferenciação. No entanto, este mesmo processo de dinamização de uma economia cafeeira para exportação, parece não ter sido responsável por

uma escravaria mais desequilibrada do ponto de vista de sua representatividade por gênero. As localidades de economia cafeeira apresentaram índices que demonstraram uma maior tendência de equilíbrio entre os sexos entre 1831 e 1873.

BIBLIOGRAFIA

- ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Fortunas em movimento**: Um estudo sobre as transformações na Riqueza Pessoal em Juiz de Fora: 1870-1914. 2001. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) - IE/Unicamp, 2001.
- ALVES, Romilda Oliveira. **Fronteira em expansão**: População, terra e família na Zona da Mata Mineira 1808-1850. 2009. 227 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2009.
- CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas Agrárias e Capitalismo**: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata Mineira (séculos XVIII e XIX). Ouro Preto: Editora da Ufop, 1999.
- GUTIÉRREZ, Horacio. Demografia escrava numa economia não-exportadora. **Estudos Econômicos**, São Paulo 17 (2): 297-314, mai/ago. 1987.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A transformação do trabalho** – A passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira: 1870-1920. 1985. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH/UNICAMP, Campinas, 1985.
- LIBBY, Douglas. **Transformação e trabalho e uma economia escravista**: Minas Gerais do século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais: escravos e senhores** – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804). São Paulo: IPE/USP, 1981.
- MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira**: Vale do Paraíba, século XIX. Lorena: Editora Stiliano, 1998.
- MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres**: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: Fapesp/Annablume, 1999.
- _____. O advento da cafeicultura e a Estrutura da Posse de Escravos (Bananal, 1801-1829). **Estudos Econômicos** 21 (3): 409-434. Set./dez.1991.
- _____. **Escravos daqui, dali e de mais além**: o tráfico de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887). 2010. 366 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de famílias**: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870. Bauru: Edusc, 2005.
- PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do século XIX**. 1996. 229 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- PIRES, Anderson. **Café, finanças e bancos**: Uma análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930. 2004. 412 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.
- REZENDE, Irene Nogueira de. **Negócios e participação política**: Fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais (1821-1841). 2008. 254 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- STEIN, S. **Vassouras: um município brasileiro do café**, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.